



portalbenews.com.br

MERCOSUL Brasil e Paraguai buscam entendimento sobre preço da energia de Itaipu ▶ **p6**

TENSÃO Estados Unidos acusam houthis de lançar míssil contra navio no Mar Vermelho ▶ **p6**

Ricardo Stuckert/PR

Lula sanciona PL que regulamenta a praticagem



Para o ministro de Portos, Silvio Costa Filho, a medida vai garantir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços do setor ▶ **p3**

Roberto Dziura Jr./AEN

Vencedora de leilão do Lote 1 de rodovias do Paraná abre 682 vagas de emprego ▶ **p5**



ESG Governo irá premiar trabalhos sustentáveis de empresas aéreas e aeroportos ▶ **p4**

GUARUJÁ Ordem de serviço para obras de aeroporto do município está prevista para fevereiro ▶ **p4**

SANTA CATARINA Robison Coelho assume a secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias do estado ▶ **p5**

EDITORIAL

Segurança marítima e economia global

Os recentes ataques a navios comerciais no Golfo de Aden, atribuídos ao grupo rebelde houthi, destacam a urgência de abordar a falta de segurança na região. Tais incidentes não apenas representam uma ameaça direta à vida e à propriedade, mas também têm implicações significativas para o comércio internacional.

O ataque ao M/V Gibraltar Eagle, uma embarcação comercial americana, ontem, dia 15, é uma clara violação da segurança marítima e uma afronta à estabilidade na região. Esses eventos criam um ambiente de alto risco para navios comerciais que viajam próximo ao Iêmen, afetando as rotas tradicionais no Mar Vermelho.

A insegurança no Mar Vermelho não é apenas uma questão regional; ela reverbera globalmente, já que as empresas de navegação são forçadas a evitar rotas mais curtas, como o Canal de Suez, adotando alternativas mais longas. Essa instabilidade não só encarece as operações de transporte, mas também compromete o fluxo eficiente de mercadorias entre a Europa e a Ásia.

A comunidade internacional precisa tomar medidas decisivas para garantir a segurança no Mar Vermelho. Isso inclui uma abordagem cooperativa para conter grupos como os houthis, que comprometem a segurança global ao usar táticas de terrorismo para expressar suas afiliações políticas.

Além das ações reativas, é crucial implementar estratégias preventivas e colaborativas para dissuadir futuros ataques. Isso pode envolver cooperação regional, patrulhas marítimas conjuntas e o reforço das medidas de segurança em rotas críticas.

A falta de segurança no Mar Vermelho não é apenas um desafio regional; é uma preocupação global que exige uma resposta coordenada e eficaz. A interrupção desses ataques não é apenas uma questão de proteção aos interesses individuais, mas uma necessidade para preservar a estabilidade do comércio internacional e a economia global como um todo.

NESTA EDIÇÃO



- ▲ MANCHETE
- 3 Projeto de Lei que regulamenta a praticagem é sancionado

HUB

- 3 Obras da Ponte Penedo-Neópolis começam em 60 dias

NACIONAL

- 3 Governo irá premiar trabalhos sustentáveis de empresas aéreas e aeroportos

REGIÃO SUDESTE

- 4 Ordem de serviço para obras do Aeroporto de Guarujá está prevista para fevereiro

REGIÃO SUL

- 5 Concessionária que arrematou Lote 1 das rodovias do PR abre 682 vagas de emprego

Robison Coelho assume a secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias de SC

MERCOSUL

- 6 Brasil e Paraguai buscam entendimento sobre preço da energia de Itaipu

INTERNACIONAL

- 6 Navio dos Estados Unidos é atingido por míssil no Mar Vermelho



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520,
Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente

Fabício Julião

Diretor-superintendente

Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira

Jacyara Lima

Diretor-geral

Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial

Roberta Riccioppo

Editor-executivo - Jornal BE News

Alexandre Fernandes

Editora-executiva - Portal BE News

Vanessa Pimentel

Editor-executivo - TV BE News

Gustavo Zanaroli

Editora de Arte - Jornal BE News

Mônica Mathias

Equipe de reportagem

Cássio Lyra, Marília Sena, Paulo José Ribeiro,
Yousefe Sipp e Vitória Malafati (estagiária)

Colunistas

Cândice La Terza e Ivani Cardoso

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

atendimento@portalbenews.com.br

 (11) 91615.1200



Início dos trabalhos

As obras da Ponte Penedo-Neópolis, ligando Alagoas e Sergipe, devem começar efetivamente nos próximos 60 dias. O prazo foi destacado pelo ministro dos Transportes, Renan Filho (MDB), no evento de assinatura da ordem de serviço do empreendimento, no último sábado, em Penedo (AL). "A partir de agora, a empresa responsável pela obra começará os trabalhos iniciais para que a construção possa começar. O prazo para essa fase é de no máximo 60 dias. Isso significa que, em dois meses, os trabalhadores já estarão atuando na construção da ponte, fincando as estacas e toda a estrutura necessária", afirmou o emedebista.

Em Davos 1

A agenda do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, começa nesta terça-feira. Ele participará do painel A Transformação Sustentável do Brasil, destacando os projetos de transição energética e descarbonização do País. Amanhã, ele se reunirá com o ministro do Meio Ambiente suíço, Alberto Rösti.

Em Davos 2

Nesses encontros, Silveira pretende cobrar uma maior participação dos países desenvolvidos no cumprimento das metas ambientais. "Estamos preparados e dispostos a ocupar nossa posição de destaque para descarbonização da matriz energética do planeta. Mas é preciso que os países desenvolvidos também façam a sua parte", disse.

Planos aprovados 1

A companhia aérea Azul é a primeira da América Latina a ter seus planos de neutralidade climática, ou seja, suas metas de redução de emissão de CO2, aprovados pela Science Based Targets Initiative (SBTi) - iniciativa conjunta do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e de instituições científicas para acompanhar os esforços de sustentabilidade das empresas. O objetivo da Azul é ser net zero até 2045, cinco anos antes do que o previsto para a aviação global.

Planos aprovados 2

O vice-presidente de Pessoas, Clientes e ESG da Azul, Jason Ward, destacou que essa aprovação - "inédita para uma companhia aérea" - é motivo de orgulho para a empresa. "Contar com esse aval da SBTi é um passo muito importante, porque trabalhamos para ser referência em gestão de mudanças climáticas para o setor no Brasil e na América Latina", afirmou.

Projeto de Lei que regulamenta a praticagem é sancionado

Segundo o ministro de Portos, "a medida é essencial para garantir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços" do setor



A cerimônia de sanção do presidente Lula ao projeto de lei que regulamenta a praticagem contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

O Projeto de Lei que regulamenta a praticagem foi sancionado sem vetos nesta segunda-feira, 15, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O ato contou com a presença do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, no Palácio do Planalto.

Costa Filho afirmou que "a medida é essencial para garantir segurança jurídica e estabilidade regulatória aos serviços da praticagem".

O texto foi aprovado em dezembro pela Comissão de Infraestrutura do Senado em caráter terminativo, ou seja, não passou pelo plenário do Senado.

O relatório foi do deputado Coronel Meira (PL-PE). No parecer, o parlamentar ressaltou que embora houvesse previsão legal para a autoridade marítima, exercida pelo Comando da Marinha, fixar o preço desse serviço, era essencial.

Com isso, caso o Comando da Marinha seja acionado por empresas de navio ou de entidades de prático sob o argumento de abuso de poder econômico ou de defasagem dos valores, poderá formar e presidir um comitê temporário para

fixar valores do serviço em caráter extraordinário, excepcional e temporário. Esse preço fixado terá validade de até 12 meses, prorrogável por igual período.

Podem integrar o comitê representantes da entidade prestadora de serviço de praticagem, do armador tomador de serviços de praticagem da respectiva zona e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O parecer deverá ser emitido em até 45 dias.

Mas, segundo a nova lei, a regulação econômica proposta é uma exceção à livre negociação dos preços entre os práticos e as embarcações e vai respeitar a livre negociação e poderá levar em conta a atualização monetária anual, os preços costumeiramente praticados em cada zona de praticagem, os contratos vigentes, o tempo e a qualidade do serviço.

Isenção

De acordo com o texto, a autoridade marítima poderá conceder, exclusivamente a comandantes brasileiros de navios de bandeira brasileira até o limite de 100 metros de comprimento, um certificado de isenção de praticagem.

O navio deverá ter ainda pelo menos 2/3 de tripulação brasileira para contar com o certificado, que habilitará o co-

mandante a conduzir a embarcação no interior de zona de praticagem ou em parte dela.

Mas a isenção não dispensará o tomador do serviço de praticagem do porto de pagar remuneração devida à praticagem local pela permanente disponibilidade do serviço nem de comunicar à coordenação sobre o trânsito pretendido no caso de embarcações com arqueação bruta equivalente a 500 ou mais.

Obrigatoriedade

A praticagem poderá ser dispensada no caso de embarcações regionais, empurradores, balsas e comboio integrado de balsas, classificadas para operar exclusivamente na navegação interior, independentemente da arqueação, contanto que tenham bandeira brasileira.

Também não será obrigatória em situações previstas em regulamento específico pela autoridade marítima. Em todas as zonas de praticagem para embarcações com mais de 500 de arqueação bruta, o serviço de praticagem será obrigatório.

Em cada zona de praticagem deverá haver uma escala de rodízio única homologada pela autoridade marítima a fim de garantir a frequência de manobras que assegure a proficiência, a distribuição equânime e a disponibilidade per-

manente do serviço.

Lotação

O relatório detalha critério para a autoridade marítima fixar a lotação de práticos necessária em cada zona de praticagem. São elas o número e a duração média das manobras de praticagem em cada zona nos 24 meses anteriores à fixação; alterações significativas e efetivas que afetem o movimento de embarcações na zona de praticagem.

Habilitação

O novo texto assegura a todo prático o livre exercício do serviço, atendida a regulação técnica e econômica da atividade. Para manter a habilitação obtida junto à autoridade marítima, o prático deverá cumprir uma frequência mínima de manobras estabelecida pelo Comando da Marinha, realizar cursos de aperfeiçoamento determinados pela autoridade marítima.

Recursos

A matéria acaba com a exigência de depósito prévio do valor de multa para apresentação de recurso contra sua aplicação em processos administrativos previsto na Lei 9.537/1997, sobre segurança do tráfego aquaviário.

NACIONAL

Governo irá premiar trabalhos sustentáveis de empresas aéreas e aeroportos

Inscrições para o Programa Sustentar e o Aeroportos Sustentáveis estão abertas

PAULO JOSÉ RIBEIRO
redacao@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) abriu inscrições para dois projetos que visam incentivar práticas sustentáveis no modal aéreo, que incluem a participação de empresas e administradores aeroportuários. O 'Programa Sustentar' e o 'Aeroportos Sustentáveis' têm como foco o estímulo de práticas que alinham desenvolvimento e cuidado ao meio ambiente. As inscrições ficam abertas até o dia 2 de fevereiro.

O projeto Aeroportos Sustentáveis busca reconhecer e dar visibilidade às ações implementadas pelos operadores aeroportuários ou proprietários de aeroportos. O programa avalia, entre outras ações, critérios que consideram temas como



O Programa Sustentar premia, por exemplo, os operadores aéreos de acordo com as melhores práticas para a redução dos impactos da aviação civil no meio ambiente

inventário de emissões, qualidade do ar, mudanças climáticas e ruído.

As inscrições para a quinta edição do Aeroportos Sustentáveis podem ser feitas através do e-mail meioambiente@anac.gov.br, com o operador aéreo

sinalizando o interesse em participar do projeto. A participação no programa pelos operadores é facultativa.

Todas as informações sobre o Aeroportos Sustentáveis

estão disponíveis para consulta na página da Anac na internet (www.gov.br/anac).

Aviação sustentável

Desde a sua primeira edição em

2021, o Programa Sustentar é um instrumento para mensurar ações que estão sendo desenvolvidas e adotadas por companhias aéreas e empresas de táxi-aéreo brasileiras. O programa premiará os operadores aéreos de acordo com as melhores práticas para a redução dos impactos da aviação civil no meio ambiente e o desenvolvimento de planos de ação para atuar nos diversos temas ambientais.

As empresas inscritas no programa serão separadas em dois grupos. Os operadores que obtiverem as melhores pontuações dentro de cada grupo, de acordo com os critérios estabelecidos no edital, serão premiados e terão seus trabalhos reconhecidos pela agência reguladora.

Informações adicionais do Programa Sustentar também podem ser acessadas no site da Anac.

REGIÃO SUDESTE

Ordem de serviço para obras do Aeroporto de Guarujá está prevista para fevereiro

Portaria que autoriza implantação do novo terminal está sob análise da Secretaria Nacional de Aviação Civil

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

O município de Guarujá (SP) vive a expectativa para a assinatura da ordem de serviço que permitirá o início das obras da primeira fase do Aeroporto Civil Metropolitano, que será instalado dentro da Base Aérea de Santos. De acordo com a Força Aérea Brasileira (FAB), a liberação está prevista para ocorrer em fevereiro.

Inicialmente, a Prefeitura de Guarujá havia informado ao BE News que aguardava um posicionamento do Comando da Aeronáutica (Comaer) para poder fazer a ordem de serviço a respeito das obras do novo terminal.

A Força Aérea afirmou, em nota, que a portaria que dispõe sobre o Zoneamento Civil-Militar do Sítio Aeroportuário da Base Aérea de Santos (SBST), a qual previa a implantação do Aeroporto Civil Metropolitano



Divulgação/Prefeitura de Guarujá

Prevista para durar seis meses, a implantação da primeira fase de obras permitirá ao Aeroporto de Guarujá pousos e decolagens de aeronaves para até 72 passageiros

ciou que a ordem de serviço do aeroporto aconteceria no mês de dezembro.

Licitação

A Prefeitura de Guarujá homologou a empresa vencedora da licitação referente à primeira fase de obras do Aeroporto. A empresa vencedora foi a Terra-com Construções Ltda, que apresentou o valor de proposta de R\$ 19 milhões, atendendo todas as exigências.

Após a execução dos serviços, prevista para durar seis meses, conclui-se a implantação da primeira fase, que permitirá pousos e decolagens de aeronaves para até 72 passageiros (jatinhos e turboélices).

Segundo a Prefeitura, a operação para pousos e decolagens no terminal está prevista para acontecer no final de 2024.

do Guarujá, perdeu a sua validade por decurso do prazo.

Ainda de acordo com a organização militar, a nova portaria está sendo providenciada pelo Comaer e também pela equipe da Secretaria Nacional de Aviação Civil (SAC). O documento se encontra sob análise da SAC.

A partir da assinatura e publicação desta portaria, fica

permitido o início das obras por parte da Prefeitura, que fez a contratação de uma empresa por meio de edital de licitação.

No mês passado, o prefeito da cidade, Válter Suman (PSDB) cumpriu agenda em Brasília antes do período de recesso na Capital Federal, onde foram discutidas ações para agilizar a burocracia junto à SAC.

Também no mês passado, o secretário de desenvolvimento econômico e portuário de Guarujá, Leonardo Gazillo, se reuniu com a secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, e discutiram o plano de ações e o cronograma de obras.

No mês de outubro, durante visita ao Porto de Santos, o ministro Silvio Costa Filho anun-

Concessionária que arrematou Lote 1 das rodovias do PR abre 682 vagas de emprego

Segundo a Via Araucária, a contratação será para as áreas administrativas e operacionais

Roberto Dziura Jr./AEN

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

A Via Araucária, concessionária vencedora do leilão do Lote 1 do sistema rodoviário do Paraná, anunciou que vai fazer a contratação de 682 colaboradores para um total de 15 cidades do estado. A empresa vai administrar 473 quilômetros de rodovias federais e estaduais entre Curitiba, Região Metropolitana, Região Centro-Sul e Campos Gerais.

As vagas da Via Araucária são para as cidades de Curitiba, Araucária, Campo Largo, Guariranga, Imbituva, Ipiranga, Irati, Lapa, Palmeira, Porto Amazonas, Prudentópolis, Relógio, São Luiz do Purunã e Teixeira Soares.

Os interessados devem entrar no site: <https://vempraviaaraucaria.gupy.io/> e fazer a inscrição.

De acordo com a empresa, serão contratados tanto profissionais administrativos quanto operacionais. Todos os serviços operacionais começam a funcionar assim que a empresa inici-



A previsão é de que a concessionária invista cerca de R\$ 7,9 bilhões em obras em trechos das rodovias BR-277, BR-373, BR-376, BR-476, PR-418, PR-423 e PR-427

ar efetivamente as atividades e cobrança do pedágio, o que deve ocorrer um mês após a assinatura do contrato.

“A Via Araucária está comprometida em impulsionar a economia local através da criação de empregos, pois confiamos que investir nas pessoas é o caminho para o desenvolvimento sustentável da nossa região”, comentou o diretor-

presidente da Via Araucária, Sérgio Santillan.

Entre os técnicos a serem contratados estão agentes de tráfego, operadores das cabines de pedágio, mecânicos, motoristas, operadores de equipamentos de pintura, técnicos de eletrônica, profissionais de sinalização rodoviária, entre outros.

Vencedora do leilão pro-

movido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e realizado no ano passado, a Via Araucária deverá assinar o contrato de concessão no final do mês de janeiro, com validade de 30 anos de concessão.

A previsão é de que a concessionária invista cerca de R\$7,9 bilhões em obras de melhorias e manutenção em trechos das rodovias BR-277, BR-

373, BR-376, BR-476, PR-418, PR-423 e PR-427. Segundo o planejamento previsto, 75% dos investimentos serão feitos nos primeiros anos do contrato, entre 2024 e 2030.

A empresa também deverá arcar com aproximadamente R\$ 5,2 bilhões em custos operacionais durante o período.

Outros lotes

Segundo informou o Governo do Paraná, o Lote 2 do sistema rodoviário, cujo leilão foi arrematado pelo Grupo EPR, terá seu contrato de assinatura de concessão no mês de fevereiro.

O Lote 2 engloba rodovias federais e estaduais, com foco principal em melhorias na BR-277, principal acesso terrestre para entrada e saída do Porto de Paranaguá, no litoral do estado.

O segundo lote tem uma extensão total de 605 quilômetros e receberá investimentos de R\$ 10,8 bilhões em obras.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, anunciou na semana passada que os leilões dos lotes 3 e 6 do sistema rodoviário devem ser realizados ao longo de 2024.

Robison Coelho assume a secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias de SC

Ele, que já atuava como secretário adjunto, vai responder pela pasta durante o período de afastamento do titular Beto Martins

Roberto Zacarias/Secom

CÁSSIO LYRA
cassio@portalbenews.com.br

Robison Coelho assumiu na segunda-feira (15) a Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias (SPAF) de Santa Catarina. Natural de Itajaí, ele já atuava como adjunto, mas passará a responder pela pasta durante o período de afastamento do secretário Beto Martins, que retornará ao cargo em março. A transição foi definida pelo governador Jorginho Mello (PL) nas últimas semanas.

No cargo de secretário adjunto desde a criação da pasta, em março de 2023, Robison Coelho tem acompanhado todas as ações e investimentos que o estado vem fazendo para apoi-



Portuário e empresário do setor de comércio exterior, Robison Coelho é mestre em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial pela Universidade Federal de Santa Catarina

ainda mais estes laços”, comentou Coelho.

Natural de Itajaí, Robison Coelho tem 45 anos, é mestre em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial pela Universidade Federal de Santa Catarina. É portuário, empresário do setor de comércio exterior e atuou como professor universitário.

“O trabalho na SPAF desde o seu início foi compartilhado com o Robison e a equipe. Então a titularidade dele nos próximos 45 dias só vem para enriquecer as ações e conquistas que temos obtido neste importante setor da economia catarinense”, afirmou Beto Martins.

ar a logística catarinense.

“A orientação é dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido na SPAF, sob a liderança de Beto Martins.

Temos ações em andamento nos portos, aeroportos e ferrovias do estado. Tivemos crescimento no investimento e no desempenho de todos estes seto-

res. O governo tem se mostrado muito próximo do setor logístico que é tão importante para a economia de Santa Catarina e nosso objetivo é estreitar

MERCOSUL

Brasil e Paraguai buscam entendimento sobre preço da energia de Itaipu

Lula se mostrou otimista após encontro com presidente do país vizinho, mas algumas divergências persistem

Ricardo Stuckert/PR

YOUSEFE SIPP
redacao@portalbenews.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu na segunda-feira, dia 15, com o presidente do Paraguai, Santiago Peña, no Palácio Itamaraty, para dar continuidade às negociações sobre o preço da energia proveniente da hidrelétrica binacional de Itaipu, localizada na fronteira entre os dois países.

Apesar de ainda não haver um acordo, Lula expressou otimismo em relação às negociações e disposição para se deslocar até o Paraguai a fim de resolver a questão. Em coletiva de imprensa após o encontro, o presidente afirmou: “Eu disse ao presidente Santiago Peña: agora não é ele quem deve vir ao Brasil, é o Brasil que deve ir a Assunção, para que possamos dar continuidade às tratativas e encontrar uma solução definitiva”.

O tema vem sendo discutido com cautela entre os dois governos, visto que o Paraguai



Lula se reuniu com o presidente do Paraguai, Santiago Peña, no Palácio Itamaraty e se mostrou disposto a se deslocar até o país vizinho a fim de resolver a questão

busca um reajuste tarifário, propondo um aumento de 24%, enquanto o Brasil defende a manutenção ou redução do valor atual.

A tarifa, que está temporariamente fixada em US\$16,71 por unidade de energia, é um assunto importante nas conversas entre Brasil e Paraguai. A taxa é dividida entre os dois países e é usada para cobrir des-

pesas, como a operação e manutenção da usina.

Seguindo a proposta de aumento feita pelo Paraguai, o valor da taxa de energia seria ajustado para US\$ 20,75, equivalente a R\$103,48 reais. Embora a produção de energia seja dividida igualmente entre os dois países, o Brasil compra uma parte extra da energia do país vizinho porque o Paraguai

não consegue usar tudo que gera. Portanto, se a tarifa aumentar, o Paraguai arrecada mais dinheiro.

Santiago Peña destacou a boa relação comercial que o Paraguai mantém com o Brasil e mostrou-se confiante diante do desafio da geração de energia elétrica sustentável. “Paraguai e Brasil são campeões na geração de energia elétrica, mas

temos que olhar para o futuro. Eu sou muito ambicioso com o que podemos atingir”, declarou o presidente do Paraguai.

Com o intuito de exercer pressão sobre o Brasil, o governo de Peña bloqueou o orçamento da usina para o ano de 2024, resultando em atrasos nos pagamentos aos funcionários, prestadores de serviços e fornecedores, tanto do lado paraguaio quanto do brasileiro, no início deste ano.

No mercado energético, o Paraguai quer não apenas um aumento no preço dessa energia extra, mas também quer vender a energia não utilizada pelo Brasil para outros países. A questão continua sem solução desde o ano passado. Com o término do prazo de 50 anos estabelecido em 1973 pelos dois países, um novo valor para a tarifa deveria ter sido acordado até agosto de 2023, mas não houve consenso.

Além das questões energéticas, foram discutidos assuntos comuns da América Latina, incluindo a crise de segurança pública no Equador e a presidência rotativa do Mercosul, atualmente sob responsabilidade do Paraguai.

INTERNACIONAL

Navio dos Estados Unidos é atingido por míssil no Mar Vermelho

Comando das Forças Armadas do país acusa o grupo rebelde houthi de promover o ataque

Reprodução

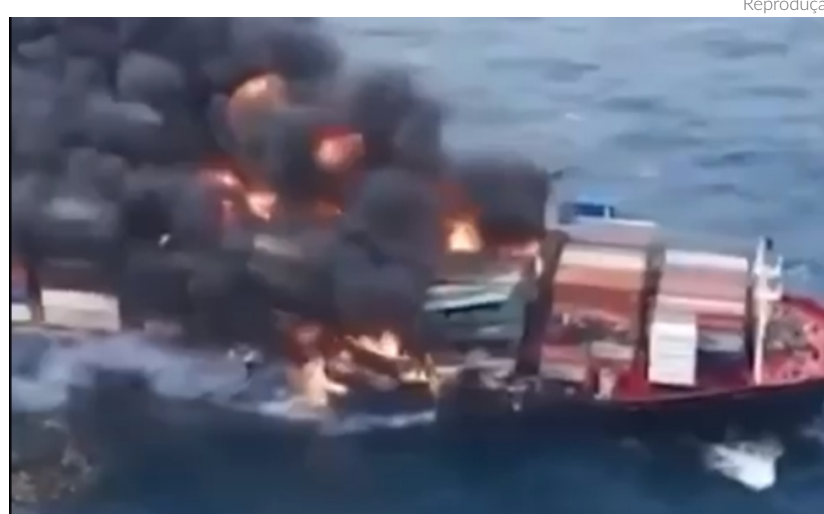
Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

Uma embarcação comercial americana foi atacada na segunda-feira (15) pelo grupo rebelde houthi no Golfo de Aden. O Comando das Forças Armadas dos Estados Unidos confirmou relatos feitos inicialmente pelo Centro de Operações Marítimas de Comércio do Reino Unido.

“Militantes houthi apoiados pelo Irã dispararam um mís-

sil balístico antinavio [...] e atingiram o M/V Gibraltar Eagle, um navio porta-contêineres com bandeira das Ilhas Marshall, de propriedade e operado pelos Estados Unidos”, afirmou o Comando Central norte-americano, que ainda ressaltou que a embarcação não sofreu danos significativos e que mantém o rumo original.

Segundo o Reino Unido, os ataques aconteceram a cerca de 177 quilômetros a sudeste do Golfo de Aden. Os houthis não assumiram a autoria do ataque. O capitão do navio relatou que o “bombordo do navio foi atingido por um míssil”.



A Administração Marítima dos Estados Unidos emitiu um alerta reforçando que a região segue com um “alto grau de risco para os navios comerciais”

que viajam perto do Iêmen e pediu para embarcações comerciais americanas evitarem o local.

O atentado integra a estra-

Apesar do ataque, o porta-contêineres M/V Gibraltar Eagle não sofreu danos significativos e que mantém o rumo original, conforme informou o Comando Central do país

tégia dos houthis de manifestar seu apoio ao grupo terrorista palestino Hamas, combatido por Israel na Faixa de Gaza. Tais iniciativas têm prejudicado o comércio internacional, com companhias de navegação passando a evitar o Mar Vermelho — que liga o Mar Mediterrâneo (pelo Canal de Suez) ao Oceano Índico e, assim, a Europa e a Ásia — e adotando rotas mais longas, como o contorno da África.